

O ARQUIVO DA FAMÍLIA MELO (SÉC. XIV-XIX): DO “ARRANJAMENTO” ILUMINISTA À INTEGRAÇÃO NO SISTEMA DE INFORMAÇÃO CASA DE MATEUS.

ABEL RODRIGUES
Fundação da Casa de Mateus

Introdução

O presente trabalho apresenta algumas conclusões retiradas da investigação que actualmente temos em curso e que visa dotar Arquivo da Família Melo (AFM) de um instrumento de acesso à informação.

Pertencente ao Arquivo da Fundação da Casa de Mateus, desde 1867, o AFM tem uma incontornável importância na totalidade do conjunto documental pelos mais de 400 anos de documentação familiar conservada e naturalmente pelas suas dimensões quantitativa e qualitativa.

No desenvolvimento do tratamento arquivístico há, todavia, um momento específico sobre o qual importa reflectir. Entre 1815 e 1827, por ordem de Pedro Melo Breyner, o Padre João Filipe da Cruz levou a cabo uma reorganização do Arquivo. Desse trabalho subsistiram dois “inventários”, cujas motivações e metodologias pretendemos analisar. No final, apresentamos a integração destes “inventários” no quadro orgânico-funcional da Família Melo e a convergência deste para o Sistema de Informação Casa de Mateus

1. O Arquivo da Família Melo: breve descrição

O Arquivo é o reflexo da evolução estrutural da Família e dos contextos associados. Composto por cerca de 5610 maços, distribuídos por 191 caixas (55,39 metros lineares), dos quais existem cerca de 126.500 imagens digitais, corresponde a cerca de 22 % da totalidade da documentação que o Arquivo da Casa de Mateus. Detém notória heterogeneidade ao nível das tipologias documentais que encerra, sendo de salientar cartas régias, escrituras de compra e venda, empenhamentos, testamentos, bulas e breves apostólicos, mapas, correspondência particular, copiadores diplomáticos, diários, fotografia e gravura.

Os antigos senhores de Melo são oriundos de uma das mais antigas e ilustres famílias de Portugal, com raízes anteriores à fundação da Nacionalidade. A data mais antiga do Senhorio que se conhece é de 12 de Abril de 1373, constante da carta passada ao 4.º Senhor de Melo, Martim Afonso de Melo, bisneto de

D. Mem Soares Alvim, o primeiro que adoptou o apelido Melo, que edificou o solar acastelado e fundou a primitiva ermida de Nossa Senhora do Couto, em Nabainhos¹.

Ao longo dos séculos, a Família desenvolveu uma estratégia de mobilidade social ascendente, assente na administração das suas propriedades, na angariação de mercês régias e na política de matrimónios. São de referir os vários arquivos que foram integrando (total ou parcialmente) e se diluindo na Casa Melo, como são os casos de Melo Breyner (Ficalho), Miranda Henriques (Sandomil), Teles da Silva (Vilar Maior e Alegrete), Oliveira Freire, (Senhores de Meruge, hoje Várzea de Meruge, em Seia, que deu origem ao ramo dos Melos Freires), e Barros Cardoso, com instituto vincular quinhentista, para além dos arquivos de função conservados na posse dos detentores dos cargos régios.

Assim, para além da documentação resultante da administração do Senhorio de Melo entre os séculos XV e XIX, o que torna o Arquivo verdadeiramente notável é a vastíssima documentação produzida por vários membros da Família no desempenho de cargos régios em todos os grandes ciclos da História Nacional, como as Campanhas Militares no Norte de África, os Descobrimientos e Império Ultramarino, a Restauração de 1640, as Invasões Francesas, a Corte no Brasil e a Implantação do Regime Liberal. De entre os membros mais notáveis são de salientar:

- Rui de Melo, Fidalgo da Casa do Infante D. Henrique, Camareiro-mor, Fronteiro-mor (1450) e Almirante do Reino (1453), cujos documentos se constituem como os mais antigos do Arquivo Melo e, por conseguinte, do Arquivo da Casa de Mateus;
- Estêvão Soares de Melo, 14.º senhor de Melo, Capitão-mor das Naus da Índia, Mestre-de-campo de Infantaria que deu “exuberantes provas do seu valor” na Restauração da Capitania da Baía e, mais tarde, na província da Beira durante as Guerras da Aclamação; autor da “Cosmografia universal de todos portos marítimos do universo com todas as suas descrições, situações, demarcações e navegações”, entre outras;
- João Gomes da Silva, filho segundo dos Marqueses de Alegrete e 4.º Conde de Tarouca (1671-1738), Capitão da Guarda Real de D. Pedro II e seu embaixador em Londres, Haia, no Congresso de Cambrai, e depois embaixador de D. João V em Viena de Áustria e Madrid;
- D. Teresa Josefa de Melo Breyner, 4.ª Condessa de Vimieiro (1739-1798c.) figura proeminente dos fastos literários portugueses, autora da tragédia *Ósmia*, premiada pela Academia Real das Ciências, que se correspondeu com as figuras cimeiras da cultura e da ciência portuguesas;
- Pedro de Melo Breyner (1757-1830) que casou em 1793 com D. Ana Rufina de Melo de Sousa Tavares e Moura, 18.ª Senhora de Melo. Senhor da Trofa, Moço-fidalgo por sucessão e Desembargador dos Agravos da Casa da Suplicação; deputado do Conselho da Fazenda e Estado das Rainhas, escrivão da Misericórdia do Porto, Governador das Justiças do Porto, Presidente do Real Erário e Membro do Conselho de Regência de 1807; Embaixador em Roma, Ministro da Justiça na regência da Infanta D. Isabel Maria e Conselheiro de Estado. Partidário das ideias liberais, foi preso na noite de 26 de Maio de 1828, acabando os seus dias no Forte de São Julião da Barra.
- Luís Francisco Estêvão Soares de Melo da Silva Breyner, 1.º Conde de Melo (1801-1865), senhor de vasta cultura intelectual e artística, Membro da Academia de São Lucas, em Roma, Vice-inspector da Academia de Belas-Artes; Secretário das Embaixadas lideradas por seu Pai, Pedro de Melo Breyner; Membro do Supremo Conselho de Justiça Militar; liberal que desembarcou no Mindelo e que se distinguiu no Cerco do Porto e na Patuleia, tendo alcançado o posto de General de Divisão.

¹ Ver essencialmente CUMBRE, José Pavia – “Os Melo. Origens, trajectórias familiares e percursos políticos (séculos XII-XV)”, Lisboa: Tribuna da História, 2007; FRAGA, João Baptista de Almeida – “Melo na História e na Genealogia”, Lisboa, 1993.

Na segunda década do século XIX, o AFM foi alvo de reclassificação, cuja extensão ainda desconhecemos, acompanhando assim o amplo movimento das Casas Nobres portuguesas, iniciado em meados da centúria anterior².

2. Padre João Filipe da Cruz, perito em paleografia

Muito pouco se sabe sobre a vida do Padre João Filipe da Cruz. Inocêncio Francisco da Silva apenas refere que foi um “presbítero secular de cujas circunstâncias pessoais nada mais consta”³.

Autor de uma “Dissertação sobre os deveres dos Juizes, com hum compendioso tratado das violências públicas e particulares [...]”, dada à estampa em 1798⁴, redigiu também «um dos principais manuais de diplomática portuguesa intitulado justamente “Elementos de Diplomática Portuguesa”» que nunca chegou a ser publicado, conservando-se hoje a versão manuscrita datada de 1805⁵. Pertenceu, portanto, à época de ouro da Diplomática Portuguesa tendo sido contemporâneo de João Pedro Ribeiro, José Anastácio de Figueiredo, Frei Joaquim de Santo Agostinho, Santa Rosa Viterbo, Frei Manuel da Conceição, Frei Pedro da Transfiguração, José Anastácio da Costa e Sá e Francisco Nunes Franklim⁶.

“Perito em paleografia” por provisão do Príncipe Regente⁷, terá subsistido após as Invasões Francesas de trabalhos de organização dos cartórios da Nobreza cortesã. Os diversos “inventários” que elaborou deverão ser entendidos, antes de mais, como instrumentos de gestão das respectivas Casas. Aliás, o manuseio da documentação familiar, certamente aliado a outras qualidades, terão providenciado a João Filipe da Cruz o ensejo de conhecer a fundo a realidade económica das Famílias e, provavelmente, de ser incumbido de funções alargadas como se depreende de um Aviso publicado na Gazeta de Lisboa:

“Vende-se huma quinta com suas casas, sita na estrada da Charneca, denominada o lagar das “Grades”; quem a quizer comprar dirija-se à rua das Trinas do Mocambo, nº 43, a fallar com o Padre João Filipe da Cruz”⁸

As Invasões Francesas foram a causa da sua ruína, conforme refere nas cartas a Pedro de Mello Breyner. Em Setembro de 1815 diria:

“sou obrigado a prover a subsistência da minha família, que pela invasão dos francezes, ficou reduzida à última

² RODRIGUES, Abel, SILVA, Armando Malheiro da – “A criação das Gavetas a Casa de Mateus: um modelo iluminista de gestão da informação”, In *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?*, organização de Maria de Lurdes Rosa, Lisboa: IEM, CHAM, Caminhos Romanos, 2012, pp.597-650.

³ SILVA, Inocêncio Francisco da – *Diccionario Bibliographico Portuguez*, Tomo IV, p. 20; PEREIRA, Esteves, RODRIGUES, Guilherme – *PORTUGAL: Dicionário histórico, chorographico, heráldico, biographico [...]*, Lisboa: João Romano Torres, 1904, vol. 2, p. 1240.

⁴ “Dissertação sobre os deveres dos Juizes, com hum compendioso tratado das violências públicas e particulares: T. do F. por João Filipe da Cruz, Presbytero da Ordem de S. Pedro, Lisboa, Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, MDCCXCVIII.

⁵ Arquivo Nacional Torre do Tombo – Manuscritos da Livraria, nº 2193-A *apud* GOMES, Saul António – “Anotações de diplomática eclesiástica portuguesa”, in: *HVMANITAS*, vol. L, 1998, p. 627.

⁶ GOMES, Saul António – “Anotações de diplomática eclesiástica portuguesa”, in: *HVMANITAS*, vol. L, 1998, p. 627.

⁷ “Inventário geral dos papéis que se acharam falecimento do Principal D. António Xavier de Miranda Henriques”. Torre do Tombo – Livro dos Feitos Findos, Livro 246. Ref.: PT/TT/LFF/0246.

⁸ *Gazeta de Lisboa*, nº4, quarta-feira, 6 de Janeiro de 1813, Lisboa na Officina de António Rodrigues Galhardo.

mizeria [...] tenho tentado retirar-me à provincia, aonde mais facilmente viveria, e ajudaria os que de mim dependem, mas as esperanças de ser despachado me tem prendido”⁹.

Com Pedro de Melo Breyner no Rio de Janeiro desde finais de 1814, João Filipe da Cruz pede a sua protecção de Melo Breyner para o “negocio relativo ao Real Archivo”. Desejava obter o despacho da sua pretensão: ser nomeado para o Real Archivo pois estavam “muito velhos os dous Officiaes da Reforma Rodrigo Manuel de Souza, e Joze António Rodrigues, de sorte que á anos não vão à Torre do Tombo; eu desejava a serventia nos seus impedimentos e a supervivência”¹⁰. O requerimento tinha sido enviado para a Corte, provavelmente em 1814, mas a demora no seu deferimento era “mais penosa que a repulsa”¹¹. Solicitava, por isso, constantemente ao seu protector que ajudasse a desatar o “no gordiano”¹².

“A penúria obriga-me a preferir o trabalho de que me provem não maior, mas mais pronto interesse”, diria a Pedro de Melo Breyner em Dezembro de 1815¹³.

Na verdade, os trabalhos arquivísticos que dele conhecemos foram iniciados em 1815, logo após o fim das Invasões Francesas - altura em que o Reino e as famílias Nobres começam a recuperar do torpor -, e prolongam-se pelas duas décadas seguintes até 1836, altura em que (julgamos) terá falecido.

Em Setembro de 1815, estava “arranjando” o cartório do Marquês de Abrantes¹⁴; dois anos depois, o cartório da Casa de Ficalho, em Serpa, por ordem da condessa D. Eugénia de Almeida Portugal¹⁵, cujos princípios metodológicos e resultados práticos desconhecemos; e em 1836, principiava o “Sumário Alfabético dos documentos existentes no Cartório da Illma. e Exma. Casa dos Senhores Condes de Palma, Óbidos e Sabugal”¹⁶, encomendado por D. Manuel de Assis Mascarenhas (1778-1839), 5.º Conde de Sabugal, 5.º Conde da Palma, 5.º Conde de Óbidos. No entanto, este último trabalho viria a ser concluído pelo perito paleógrafo José Joaquim Mattoso Gago da Câmara. Mas foi o primeiro dos seus trabalhos, concluído em Julho de 1815, aquele que certamente o ligará à Casa Melo: o “Inventário geral dos papéis que se acharam por falecimento do Principal D. António Xavier de Miranda Henriques, patriarca eleito”, por incumbência de Monsenhor Lourenço Baharem e pelo desembargador João Baptista Esteves, respectivamente testamenteiro e Juiz do Inventário do Patriarca¹⁷.

⁹ Carta de João Filipe da Cruz para Pedro de Mello Breyner. 1815.09.11, Lisboa. Sistema de Informação Casa de Mateus/ Subsistema Família Melo/ Cx. 6,31/G. 1187.11.

¹⁰ Carta de João Filipe da Cruz para Pedro de Mello Breyner. 1815.09.11, Lisboa. Sistema de Informação Casa de Mateus/ Subsistema Família Melo/ Cx. 6,31/G. 1187.11.

¹¹ Carta de João Filipe da Cruz para Pedro de Mello Breyner. 1815.01.14, Lisboa. Sistema de Informação Casa de Mateus/ Subsistema Família Melo/ Cx. 6,31/G. 1187.11.

¹² Carta de João Filipe da Cruz para Pedro de Mello Breyner. 1815.01.14, Lisboa. Sistema de Informação Casa de Mateus/ Subsistema Família Melo/ Cx. 6,31/G. 1187.11.

¹³ Carta de João Filipe da Cruz para Pedro de Mello Breyner. 1815.12.20, Lisboa. Sistema de Informação Casa de Mateus/ Subsistema Família Melo/ Cx. 6,31/G. 1187.11

¹⁴ Carta de João Filipe da Cruz para Pedro de Mello Breyner. 1815.09.11, Lisboa. Sistema de Informação Casa de Mateus/ Subsistema Família Melo/ Cx. 6,31/G. 1187.11

¹⁵ MACHADO, Francisco Valente – Monografia de Vila Verde de Ficalho, [Ficalho] Biblioteca-Museu de Vila Verde de Ficalho, 1980, p. 115.

¹⁶ Sumário Alfabético dos documentos existentes no Cartório da Illma. e Exma Casa dos Senhores Condes de Palma, Óbidos e Sabugal, que por ordem do Illmo e Exmo Sr. D. Manuel de Assis Mascarenhas se fez. Principiado pelo Padre João Filipe da Cruz redigio e concluiu Jozé Joaquim Mattoso Gago da Câmara, Perito paleógrafo no anno de 1836. Com hum supplemento. 366 fls. Acessível em: <http://antt.dgarq.gov.pt/noticias/documento-do-mes-outubro> (consultado em 28.11.2011).

¹⁷ Torre do Tombo – Livro dos Feitos Findos, Livro 246. Ref: PT/TT/LFF/0246.

Podemos entrever as motivações e a metodologia seguida na “advertência preliminar”:

“como este catálogo serve unicamente para se fazer separação de documentos e se entregarem a quem pertencerem, pareceu-me supérfluo o trabalho de reduzi-los à ordem cronológica e mesmo fazer uma análise mais circunstanciada mais necessária ao arranjo particular de cada um dos interessados, quando os unirem ao seu cartório, parecendo-me suficiente a descrição de pessoas, prédios, de hortas e lugares, atendendo não somente à brevidade que este negócio exige, à pouca utilidade que resultaria de aumentar com muito trabalho este volume e muito principalmente porque as pessoas a quem esta obra se dirige pela exacta notícia que já tem suprem à falta de explicação que só serviria de matéria à curiosidade aos que daqui pertendem notícias talvez alheias do fim a que este resumo se encaminha sendo porém necessária qualquer notícia ou explicação ou cópia de quaisquer documentos com ordem do Excelentíssimo testamenteiro ou do ilustríssimo desembargador juiz deste inventário com toda a prontidão me prestarei aos seus mandados.”

E na certidão encerra o “Inventário”:

“certifico que os documentos aqui sumariados são os que julguei interessantes, entre todos os que se me representaram por ordem do ilustríssimo desembargador João Baptista Esteves, juiz do inventário do excelentíssimo e reverendíssimo Principal Miranda, Patriarca eleito de Lisboa. Os quais entreguei emaçados, numerados e postos em boa ordem ao ilustríssimo e excelentíssimo Monsenhor Lencastre Baharem, testamenteiro do dito excelentíssimo Principal assim como todos os mais papéis que por serem insignificantes, à excepção de alguns poucos, que por serem inteiramente inúteis foram dilacerados e queimados por consentimento dos ditos juís e testamenteiro. E deles nenhum teve descaminho depois que foram confiados ao meu cuidado.”

Trata-se de um inventário, em 107 folhas, com índice, em que os títulos estão ordenados alfabeticamente. A descrição do “Inventário”, disponível no sítio do Arquivo Nacional Torre do Tombo, indica que a organização dos documentos segue a ordem tipológica. Tal não nos parece verosímil, porquanto o princípio de organização de séries tipológicas não é utilizado nesta altura. Será, com toda a certeza, uma ordenação alfabética decorrente da sumariação do “título” aproximada à forma tradicional com o acto informacional é commumente conhecido.

Como já referimos noutra ocasião, os princípios orientadores da prática arquivística portuguesa no final do século XVIII e princípios do século XIX são essencialmente dois: a constituição de “maços” temáticos constituídos a partir da identificação, sumariação e agrupamento físico de “títulos”, sendo claro que a classificação dos Cartórios é fortemente condicionada pelas unidades de instalação (sejam caixas, armários, gavetas, ou outros)¹⁸.

O conceito de maço (forma actual do “masso” setecentista) é geralmente definido como um conjunto de objectos dispostos em forma de montículo ou reunidos num atado¹⁹ ou como “uma porção de peças juntas debaixo do mesmo liame: v. g. maço de papeis, de cartas remissas” conforme referia António de Moraes

¹⁸ RODRIGUES, Abel, SILVA, Armando Malheiro da – “A criação das Gavetas a Casa de Mateus: um modelo iluminista de gestão da informação”, In *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?*, organização de Maria de Lurdes Rosa, Lisboa: IEM, CHAM, Caminhos Romanos, 2012, pp. 607-610.

¹⁹ HOUAISS, António, SALLES VILLAR, Mauro de (dir. de) *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, Lisboa: Círculo de Leitores, 2002, Tomo IV, p. 2338.

e Silva²⁰. Hoje maço documental pode ser associado a “dossier” ou definido como uma “unidade material de arquivo que contém vários documentos atados ou embrulhados; pode também ter assumido essa forma após um arranjo no arquivo; é original se a sua forma e ordem provêm do organismo que o produziu”²¹. O maço possui sempre um critério pré-determinado e uma função específica e objectiva, sendo certo que a sua constituição reflecte a necessidade de se recuperar a parte e não o todo dessa unidade informacional, bem como a de acumular posteriormente mais documentos. O critério de constituição dos maços não variam muito para além do temático, cronológico ou geográfico, ou de uma combinação entre dois deles, conforme ensinava Frei Francisco de São Luís²². O maço absorve ou é composto por “títulos”, sendo estes uma mescla de documentos simples, documentos compostos ou até séries.

O “título” é um conceito estruturante na organização dos Cartórios. A definição setecentista e oitocentista de “título” é por isso da maior importância para a compreensão das metodologias aplicadas. Sendo título uma palavra polissémica, a definição que, na maior parte das vezes, associamos é a de “denominação”, de “designação”, de “nome”, ou da “expressão que se coloca no começo de um livro, nos seus capítulos etc. para indicar o assunto tratado ou simplesmente para identificar, distinguir, individualizar a obra ou trabalho em questão”²³. No entanto, o *Novo dicionário do Livro* apresenta uma definição que importa recordar: a de que o título se reveste de um dimensão jurídica e que através dele se podem “fazer valer os efeitos legais de herança, propriedade, débito ou outros”²⁴. Recuando ao século XVIII, a palavra possui essa mesma dimensão, encerrando numa das suas significâncias o conceito jurídico que aponta a dimensão de posse, ou de prova, conforme se pode verificar no extenso verbete que lhe dedica Raphael Bluteau:

“[...] Este nome Título, àcerca dos juristas tem diversos significados, por ser hum nome commum, que lhe serve de género, debaixo do qual estão muytas espécies de cousas, porque às vezes significa preminencia de honra a que chamão “Dignidade”, como he a de Duque, Marquez, Conde, &c. & outras vezes significa “Senhorio de propriedade”, donde as mesmas escrituras que cada hu tem a sua fazenda, se chamão Títulos. Porém fallando propriamente, “Titulo” não he outra cousa, senão hum sinal, & denotação do direito, & justiça, que cada hum tem no que possui, ora seja por razão de dignidade, ora por causa de propriedade. O uso dos quaes Títulos àcerca dos Reys he hum, & toda a outra pessoa, que vive súbdita a elles tem nisso outro modo. Cá o titulo dos Reys não requiere mais escritura do ditado, com que elles se intitulão, que suas próprias, que suas próprias cartas, quando no principio dellas se nomeão, & os homens, para se lhe guardar o titulo de sua dignidade (se a tem) hão de ter escritura dos Reys, de cuja mão receberão a tal honra; & se forem propriedades, apresentarão escrituras, donde as houverão. [...] Papeis, concernentes ao direito de posse, ou pertençaõ de alguma terra, casa, Beneficio, &c. [...]”²⁵.

20 SILVA, António de Moraes – *Diccionario da lingua portugueza – recopilado dos vocabulários impressos até agora, e nesta segunda edição bastante emendado e muito acrescentado*. 2.ª edição, vol. 2, Lisboa: Typographia Lacerdina, 1789, p. 245.

21 FARIA, Maria Isabel; PERIÇÃO, Maria da Graça – *Novo Dicionário do Livro. Da escrita ao multimédia*, [s.l.] Círculo de Leitores, 1999, p. 387.

22 SÃO LUÍS, Frei Francisco de – “Dois objectos se devem ter em conta quando se trata de qualquer Cartório”, In. *Arquivo de bibliografia portuguesa*, Ano III, Outubro-Dezembro, n.º 12, Coimbra: Atlântida, 1957, pp. 219-221.

23 HOUAISS, Antônio, SALLES VILLAR, Mauro de (dir. de) *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, Lisboa: Círculo de Leitores, 2002, Tomo VI, p. 3531.

24 Ver: FARIA, Maria Isabel, PERIÇÃO, Maria da Graça – op. cit. p. 589.

25 BLUTEAU, Raphael – op. cit., , vol. 8, p. 179-180. (Sublinhado nosso).

O mesmo sentido lhe dará, anos mais tarde, António de Moraes Silva:

“[o título] Em direito, o principio, ou causa, por que se adquire; v. g. adquirido a título de compra, de venda, de doação, de mutuo; adquire-se a título; i. é, dando, ou fazendo alguma coisa por aquilo que se dá ao adquiridor; a título gravoso, quando quem, adquire não se obriga a prestar, ou a fazer nada ao que lhe dá. § fig. As escrituras dos contratos em que se funda o direito das partes, e que o atestão.”²⁶

Neste sentido, em termos de descrição arquivística, não podemos, nem devemos confundir a definição de “título” com a definição actual de documento, seja este simples ou composto. Segundo o significado e as práticas setecentistas e oitocentistas, o “título” tanto pode reunir um documento (p. ex. uma escritura de compra) como dois ou mais documentos relativos a um único acto de negócio, ganhando aqui uma dimensão de processo; como pode inclusivamente reunir diversos documentos de semelhante tipologia, ganhando assim a condição de série.

3. O labor na Casa Melo

Como referimos, Pedro de Melo Breyner terá ido para o Brasil em finais de 1814, acompanhado do filho, Luís de Melo, futuro conde de Melo, tendo deixado o Cartório de sua Casa entregue a João Filipe da Cruz²⁷, muito provavelmente devido a assuntos relacionados com a questão Miranda Henriques. Pedro de Melo Breyner era herdeiro *ab intestato* do falecido Patriarca eleito, que por sua vez herdeiro dos Condes de Sandomil, e haveria de disputar a herança numa contenda judicial com António José Salema Lobo de Saldanha e Sousa (f. 1821).

Em 18 de Junho de 1815, João Filipe da Cruz informava Pedro de Melo Breyner que

“Estou concluindo o summario do Cartório da Caza do Exmo Sr. Patriarca, e com elle se fechará o Inventário. Por não fatigar a V. Exa. com a repetição dos factos de que sei há de ter por outras vias exactas informações, os passo em silêncio e responderei ao que V. Exa. de mim quizer saber; tenho a certeza de que farei quanto me determinar, senão bem, ao menos com a decidida vontade de servir a V. Exa.”²⁸

Em Setembro informava que tinha concluído o Inventário dos bens e que enquanto “Salema fez sequestro; o Testamenteiro pedio vista”²⁹. Em Dezembro informava pormenorizadamente o estado da questão:

“O Sr. Patriarcha parece que não estava com pos sui (?) quando fés seu testamento, por que deixou à Mitra o Palácio hypotecado a huma divida legalisada e sancionada por Provisão Régia, excedendo o valor do prédio. Deixou em legado hum casal de que não estava de posse, e que fora julgado a Salema, como pertencente a vinculo, etc. Se V. Exa. he herdeiro ab intestato, parece-me poderia anular o dito testamento.

²⁶ SILVA, António de Moraes – op. cit., vol. 2, p. 779.

²⁷ Carta de João Filipe da Cruz para Pedro de Melo Breyner. 1815.01.14. Lisboa. Sistema de Informação Casa de Mateus/ Subsistema Família Melo/ Cx. 6,31/G. 1187.11

²⁸ Carta de João Filipe da Cruz para Pedro de Melo Breyner. 1815.06.18. Sistema de Informação Casa de Mateus/ Subsistema Família Melo/ Cx. 6,31/G. 1187.11

²⁹ Carta de João Filipe da Cruz para Pedro de Melo Breyner. 1815.09.11. Sistema de Informação Casa de Mateus/ Subsistema Família Melo/ Cx. 6,31/G. 1187.11

Na Casa do Senhor Conde de Sandomil não há vida em Comendas, etc. a que havia verificou-se no Senhor Patriarca. Há serviços que pertencem a V. Exa. como herdeiro e há supervivência na Comenda, e Alcaidaria-mor de Seda: por vinte anos se tantos forem necessarios para pagamento das dividas do Conde de Sandomil.

O Sr. Principal Lancastre requer a administração da dita Comenda, e eu creio que a não pode conseguir porque não há dividas liquidadas; lembrando-me que a administração de certas Comendas cedida por 12 annos para pagamento da divida que o dito Sr. Conde devia a D. Francisco Innocencio (que se não extinguiu) foi cometida ao Erário.

Eu tenho fundamentos para afirmar a V. Exa. que o rendimento da dita Alcaidaria-mor e Comenda excede em muito as dividas por que foi destinado, e V. Exa. teria grande interesse em pedir a dita Comenda com aquelle ónus absolutamente, V. Exa. sabe que por falecimento do Sr. Conde de Sandomil se estabeleço huma Commissão por se liquidar a natureza dos Bens que ficarão etc. e como na factura do Inventário do Sr. Patriarcha não houve intelligencia com a dita Commissão ficarão por inventaria alguns prédios, v.g. a Horta da Nogueira em Setubal; certos bens Tavira; o Trapiche em Pernambuco; duas herdades em Alentejo, entre outros: parecendo-me que deva fazer-se menção de todos os que já não tiverem adjudicado por sentença, fosse qual fosse a sua natureza ou a pertença que a eles houvesse.

As duas Herdades, de que assima faço menção, forão à pouco afforadas pelo Sr. Patriarcha, creio que indevida, e ilegalmente, já falei nisto ao Advogado de V. Exa. em huma conferencia que fortuitamente tivemos perante a Exma Senhora D. Anna Ruffina; elle portanto participará a V. Exa. o seu voto sobre este e outros objectos em que concordámos.

O Sr. Patriarcha em certo ajustamento de contas que fez com o Sr. Principal Souza, sobre a divida, de que assima falei, não querendo desembolçar dinheiro, celebrou uma escriptura de venda (para ter efeito depois da sua morte) da Leziria da Quesma em Villa Franca de Xira, e humas Cazas na mesma Villa, tudo avaliado, creio que amigavelmente em 12.000\$000 reis e ficou pagando 300 e tantos mil reis de juro do resto da quantia de que se constituiu devedor. Sobre este artigo terá V. Exa. muito que dizer porque sendo aquella divida originaria e indubitavelmente do Sr. Conde de Sandomil, nella se rechae a graça de supervivência da Comenda, e a Leziria fica para a herança; muito mais que n'aquelle contracto devem achar-se nulidades, que em semelhantes nunca faltão.

O Sr. Conde de Sandomil deixou legados a certas creadas, vitalícios; como porem se não fez inventario, não se apartarão fundos, de que eles sahissesem, nem talvez se poderião apartar por causa das dividas passivas. O Sr. Patriarcha confiando a herança como que era sua, ficou pagando aquelles legados do monte, e como no seu testamento se refere àquella disposição, estamos nas mesmas circunstancias, acresce a taes, ficando para V. Exa. este ónus, se o remanecente da herança for hum tostão!

Tenho sido extenso, porem julgo que V. Exa. espera de mim estas noções, e como dezejo muito ser grato a V. Exa., satisfarei quando me for possível no que de mim exigir, ainda que conheço que o Sr. Principal Lancastre, Esteves, Advogado, etc. dirão a V. Exa. mais, e melhor.³⁰

A contenda entre Pedro de Melo Breyner e António José Salema Lobo de Saldanha e Sousa prolongou-se por mais cinco ou seis anos e o certo é que os papéis do Principal Miranda e dos Condes de Sandomil foram separados e incorporados nos arquivos das duas Casas.

Em Dezembro de 1815, dirá a Pedro de Melo Breyner:

“O cartório de Va. Exa. ainda não está arranjado, pelos motivos que vou ponderar a V. Exa.: parece-me que V. Exa. viria brevemente para Lisboa, e então debaixo das suas vistas e direcção eu poderia melhor desempenhar a minha comissão. Na suposição de ahi demorar, julguei mais admissível a dilação, não esperando que V. Exa. dahi eigiu

³⁰ Carta de João Filipe da Cruz para Pedro de Melo Breyner. 1815.12.20, Lisboa. Sistema de Informação Casa de Mateus/ Subsistema Família Melo/ Cx. 6,31/G. 1187.11

a remessa de Documentos, e comprometendo-me eu a fazer as buscas necessárias para cá. Esperava juntar os papeis que devem vir da Casa do Senhor Patriarcha. A penúria obriga-me a preferir o trabalho de que me provem não maior, mas mais pronto interesse. Como porem vejo que V. Exa. quer que se arranje já de acordo com a Exma Senhora D. Ana Ruffina principiei, e continuo sem intermissão; de sorte que com muita brevidade espero remeter a V. Exa. hum catálogo de todos os papeis para que V. Exa. possa dispor de todos, indicando o maço e o numero. Eu lisonjeio-me de que V. Exa. há de aprovar o methodo que sigo, por que o seu Cartorio, com a devida vênia, também está em confusão³¹.

Na verdade, logo em 1816, João Filipe da Cruz apresenta o primeiro trabalho parcial e mais tarde, em 1827, um “Catálogo”, muito embora se suponha que a organização tenha sido mais vasta e sempre consentânea com o princípio racionalista da ordem para o bom uso. São esses trabalhos:

1. “Papéis pertencentes a Barros Machado e Cardozos que tenho encontrado e outros que até agora tenho summariado; do Cartório da Casa de Melo. Por ordem cronológica (1551-1717)”³²; e
2. “Catálogo dos documentos, e mais papeis do Cartório da Casa do Illmo e Exmo Senhor Pedro de Mello Breyner, pertencente às propriedades da Província do Alentejo. 1827”³³.

Os “Papéis” foram concluídos em 10 de Agosto de 1816, contendo uma selecção de 69 títulos, numerados e identificados por data e sumários bastante pormenorizados. Trata-se de uma triagem de documentos elaborada para análise de uma causa. As propriedades da família Barros Machado e dos Cardosos, que vêm cair na Casa Melo pelo casamento de D. Maria Madalena Rosa de Barros com Luís de Melo, 15.º Senhor de Melo. D. Maria Madalena era filha herdeira de João de Barros Cardoso (f. antes de 1673) e de sua mulher D. Brites (ou Beatriz) Francisca de Lima, bisneta de Cristóvão de Barros e de Isabel de Lima, moradores no Brasil, onde possuíam vasta propriedade, incluindo engenho no Rio de Janeiro e sesmaria em Sergipe d’El-Rei, que vincularam o “grosso produto” de suas terças em Portugal instituindo o morgadio de Beirolas, na freguesia de Nossa Senhora dos Olivais³⁴.

A selecção de papéis não promoveu a alteração da ordem física do cartório, conforme se depreende da “nota final”:

“Estes são os Papeis que tenho achado relativos a Barros Machados e Barros Cardosos: advirto porem a V. Exa que como estes Documentos estão em diferentes massos, que conforme o meu methodo tenho classificado, e summariado: esta numeração que aqui levão serve somente para V. Exa por ella me indicar o respectivo documento, porque deixei em meu poder um registo, para saber o que V. Exa. quer, de sorte que apontando unicamente o numero, eu logo sei qual he o documento e o que contem. Entretanto concluirei a obra começada, espero que seja á satisfação de V. Exa. cujo voto como tão sábio, e intelligente, merece toda a minha attenção: e se tem levado tempo, dezejarei que possa dizer-se “non quandim, sed quam bene.”

³¹ Carta de João Filipe da Cruz para Pedro de Mello Breyner. 1815.12.20, Lisboa. Sistema de Informação Casa de Mateus/ Subsistema Família Melo/ Cx. 6,31/G. 1187.11

³² Sistema de Informação da Casa de Mateus/Subsistema Família Melo/ Cx. 5,59/G. 922.01.

³³ Sistema de Informação da Casa de Mateus/Subsistema Família Melo/ Cx. 5,59/G. 922.01.

³⁴ GAYO, Felgueiras – *Nobiliário das Famílias*, vol. II, p. 586 (Barros).

Por outro lado, o “Catálogo” é um trabalho mais vasto, com um elevado grau de complexidade, que demonstra inequivocamente a experiência e os conhecimentos teórico-práticos de João Filipe da Cruz.

Contendo 146 páginas numeradas, abre com uma tabela enumerando vinte e seis maços temáticos identificados por uma letra e respectivo descriptor, conforme se apresenta:

Tabela 1 - Denominação dos maços

A	Godinhos
B	Pedro de Sousa § Almojanda
C	Certãa
D	Monterroyo § Aforamentos Alentejo
E	Gaspar Vaz de Sousa
F	António de Miranda de Azevedo
G	André de Sousa Tavares
H	Portalegre e Gaganita
I	Gonçalo Rodrigues de Sousa
L	Mouras Manoeis
M	Paes
N	Capella de Luís Martins
O	Caldeiras Tavares
P	Sem destino particular
Q	Aforamentos no Alentejo
R	Agostinho Lopes
S	Pelica
T	Requerimento de gente do Crato
V	Differentes
X	Vendas-Novas
Z	Arrendamentos antigos
A2º	Cousas do sequestro
B2º	Capella de D. Quitéria
C2º	Autos das Capellas da Coroa
D2º	Autos de D. Luiz Coutinho
E2º	Autos vindos d'El-Rey, por ordem de S. Magestade

Daqui se depreende que toda a documentação referente às propriedades do Alentejo, produzida por vários ramos familiares, foi reunida em novos maços assistindo-se, assim, à emergência de um sincretismo classificativo.

Ao entrarmos na sequência dos 808 títulos, seria de esperar que os mesmos estivessem em concordância com as temáticas gerais acima apresentadas, ou seja, hierarquicamente subordinados à competente temática geral, como seu subnível. No entanto, tal não acontece. Como indica na “Advertência”, o “Catalogo he feito para se acharem os documentos segundo a sua denominação” e por esse motivo os sumários são apresentados por ordem alfabética. Em síntese, temos:

Tabela 2 – Alfabetação dos títulos

Letra	Títulos
A	De “Arrematação (carta de)” a “Alvará”
B	De “Bens que declarou” a “Bens de raiz”
C	De “Carta de Venda” a “Certidão”
D	De “Doação das Casas” a “Dote (Escritura de)”
E	De “Escritura de Contrato” a “Extractos tirados”
F	De “Fragmento” a “Foro”
G	De “Genealogia” a “Genealogia”
H	De “História do Morgado” a “História e Relação dos bens”
I	De “Inventários da Fazenda” a “Inventários da Senhora”
L	De “Legítima de...” a “Libello oferecido”
M	De “Mandado para” a “Memoria e apontamento”
N	De “Notas (...)” a “Notificação”
O	De “Ordem da (...)” a “Opposição”
P	De “Provisão” a “Procuração”
R	De Requerimento” a “Relação”
S	De “Sentença” a “Subrogação”
T	De “Testamento” a “Tombo”
V	De “Verbas” a “Venda”

Assiste-se assim à apresentação de dois pontos de acesso não concordantes entre si, o que seria expectável: por um lado uma tabela com as temáticas gerais; por outro a lista de títulos por ordem alfabética.

No entanto, cada sumário apresenta uma cota alfanumérica associada, em que a letra corresponde ao maço identificado na tabela 1 e o algarismo à localização física do título dentro do respectivo maço:

Tabela 3 – Alfabetação dos títulos e cotas associadas

Maço	Tít. n.º	[LETRA] A
A	15	“ Arrematação (carta de) d’hum moio de trigo de foro na herdade da Coelheira, que comprou o senhor Christovão Godinho no lanço de 150\$ reis – 1607”
A	26	“ Arrendamento da Horta dos Carris, feito pelo Senhora D. Tomázia Rita, a Constantino Lopes – 1785”
A	49	“ Arrendamento que fez o Senhor João Manoel de Mello, da Herdade de Vale de Figueira; Casal novo; e Horta pertencente, ao capitam João António de Sequeira – 1760”
		[...]
Maço	Tít. n.º	[LETRA] B
C	13	“ Bens que declarou Gaspar de Faria Severim, que tinha em sua mão depois da morte de D. Luiz de Noronha. § He huma Certidão extrahida dos autos de levantamento de sequestro nos bens do dito D. Luiz, por virtude d’huma sentença a favor do Senhor Joze de Souza da Silva, contra os Procuradores Regios, proferida em... – 1687”
C	14	“ Bens livres (declaração dos) que ficarão por morte de D. Luiz de Noronha, no qual he feita pelo Inventariante, o Senhor Conego António de Miranda Henriques – 1674”
M	34	“ Bens (Discrição dos) de raiz de Simao Rombo Velez, tirada por Certidão do Inventário, e que no total importão 628\$860 reis. – 1793”
		[...]

Maço	Tít. n.º	[LETRA] C
A	2	“ Carta de venda que faz Garcia Coelho, e sua mulher, ao Senhor Manuel Godinho, filho da Senhora Guiomar Vaz de 10 alqueires de trigo de foro, imposto na Herdade de Val de Figueira, pelo preço de 10\$000 reis – 1532”
A	3	“ Carta pela qual El Rei determina, que se ao tempo do falecimento da Senhora D. Guiomar Vaz do Peral valerem mais as fazendas de que fez Morgado, para seu filho, o senhor Christovão Godinho, este possa dar tornas aos mais herdeiros, em outras fazendas – 1536”

Neste sentido, torna-se imperioso compreender qual o critério de organização utilizado na composição dos maços. Percorrendo o “Catálogo” e compulsando todos os títulos, é possível reconstituir virtualmente a ordenação física dos maços apresentados na tabela n.º 1. Tomando como exemplo o “Maço E – Gaspar Vaz de Sousa” verificamos que o critério de arrumação física é, na verdade, o cronológico:

Tabela 4 – Reconstituição virtual do maço

Cat., p.	E – “Gaspar Vaz de Sousa”
142	[Título] 1 – “Testamento do Senhor Jerónimo de Souza que institue morgado de suas cazas [...]” – 1540
58	[Título] 2 – “Dote (Escritura de) que fazem o Doutor Manuel da Costa e D. Constança Ruana sua mulher [...]” – 1541
	[Título] 3 – [inexistente]
59	[Título] 4 – “Dote (escritura de) e casamento que entre si fizerão a Snr ^a Guiomar caldeira, Dona viúva [...]” – 1548
59	[Título] 5 – “Dote (Instrumento de) de casamento que fez D. Guiomar moradora na cidade de Portalegre [...]” – 1561
112	[Título] 6 – “Partilhas a que se procedeo, por falecimento da Snr. ^a Aldonça Godinho [...]” – 1564
9	[Título] 7 – “Apontamentos que se fizerão para se celebrar o contrato de dote e casamento [...]” – 1564
24	[Título] 8 – “Aforamento (Escritura de) que faz o Senhor Gaspar Vaz de Souza, e Guiomar de Oliveira, sua mulher [...]” – 1574
	[Título] 9 – [inexistente]
134	[Título] 10 – “Sentença que alcançou o Sor. Gaspar Vaz de Sousa [...]” – 1582
134	[Título] 11 – “Sentença a favor do Sor. Gaspar Vaz de Sousa [...]” – 1583
134	[Título] 12 – “Sentença em que foi Autor Francisco de Mattos [...]” – 1590
112	[Título] 13 – “Partilhas (Escritura de) feitas entre o Senhor Gaspar de Souza [...]” – 1596
59	[Título] 14 – “Doação (Escritura de) e dote que faz o Senhor Gaspar Vaz de Souza [...]” – 1596
34	[Título] 15 – “Codicillo do Senhor Ruy Vaz de Peral” – 1598
60	[Título] 15 – “Dote (Escritura de) e casamento que fazem o Senhor Diogo Caldeira Tavares [...]” – 1615
9	[Título] 15 – “Autos de sequestro que se fizerão nos bens do Senhor Ruy Vaz de Lacerda [...]” – 1640
142	[Título] 15 – “Testamento do Sor. Ruy Vaz de Lacerda.” – 1615
134	[Título] 15 – “Sentença que alcançou D. Brites de Souza [...]” – 1619
134	[Título] 16 – “Sentenças que recogam as partilhas feitas dos bens do Senhor Gaspar Vaz de Souza [...]” – 1613
60	[Título] 17 – “Doação que faz a Snr. ^a D. Brites de Sousa para seu filho [...]” – 1615
134	[Título] 18 – “Sentença a favor de Martim Vaz Castelo Branco [...]” – 1665
34	[Título] 19 – “Composição (Escritura de) que entre si fizerão os Senhores Pantaleão Pães de Souza [...]” – 1680
9	[Título] 19 – “Autos de posse que tomou o Senhor Fernando Tavares de Souza e Silva [...]” – 1754
93	[Título] 20 – “Justificação etc. ver neste N.º a Letra A.”
34	[Título] 21 – “Certidão extraída dos livros da Misericórdia de Portalegre [...]” – 1800
94	[Título] 22 – “Instrucção para se formarem embargos à confirmação da doação [...]” – [s.d.]
85	[Título] 23 – “Fragmento d’humas razões sobre a cauza que corria a respeito do Morgado instituído [...]” – [s.d.]
85-86	[Título] 24 – “Fragmento d’hum informação que serve de resposta a varias perguntas [...]” – [s.d.]
94	[Título] 24 – “Informação etc. V. este N.º na letra F”
86	[Título] 25 – “Fragmento do qual se conhece que hum 3.º neto do Senhor Pantaleão Pães de Lacerda Godinho [...]” – [s.d.]
89	[Título] 26 – “Genealogia (Noticia) a respeito do Senhor Gaspar Vaz de Souza” – [s.d.]

Assim sendo, o utilizador teria duas formas de recuperar a informação:

1. Utilizando o catálogo, pesquisando os títulos dispostos por ordem alfabética, sendo reencaminhado para a sua localização física através da cota; ou
2. Utilizando a primeira tabela, manuseando o maço temático e refinando a busca por ordem cronológica.

O “Catálogo” possui, ainda, um complexo sistema de remissivas, conforme é salientado na “advertência”:

“Como este Catalogo he feito para se acharem os Documentos segundo a sua denominação, sucede muitas vezes que esta pode ser duplicada; neste cazo mencionou-se debaixo da 1.ª, e notou-se debaixo da 2.ª com referência àquelles; v.g. pag. 59 na palavra “Dote” manda-se ver o Maço E, Nº 7, Letra A, procura-se a paginas 9, e lá se achará o resumo indicado. Na pagina 85, palavra “Carta” manda-se ver na letra C, e com efeito he o artigo 1.º a paginas 27, manda-se ver mais o Nº 55, letra E e que se deve procurar a pagina 68, etc.”

Julgamos que João Filipe da Cruz terá empreendido a reorganização total do cartório da Casa Melo, mas desconhecemos, para já, a extensão do seu trabalho. Certo é que existem inúmeras transcrições paleográficas, ou como era usual referir-se no tempo, a Reforma de pergaminhos medievais, que hoje subsistem no Arquivo da Casa de Mateus. Também não será difícil entrever a metodologia seguida na classificação, porquanto subsistem quatro caixa elaboradas pelo paleógrafo, e em cujas lombadas se identifica a utilização de uma mescla entre critério temático e o geográfico (ver fig. 1).



	Designação das Caixas do Cartório da Casa Melo
[1]	“Barros Machados. Instituidor do vínculo de Colares. Estremadura.”
[2]	“Barros Machados, Instituidores dos vínculos de Colares, Cintra, Torres, Obidos, Caldas. Estremadura”
[3]	“Genealogias, e Historia dos Vínculos que compõem a Caza de Mello, e de seus Instituidores”.
[4]	“Barros Cardoso. D. Ginebra Teixeira. Instituidores dos Vínculos de Beiroles e Oliveiras. Estremadura”.

4. A integração do AFM no Sistema de Informação Casa de Mateus

Entre 2001 e 2005 a Fundação da Casa de Mateus desenvolveu, com o apoio do POC, o “Projecto de Tratamento e Digitalização” do seu Arquivo, do qual resultou a publicação de um catálogo referente às primeiras seis gerações da Família³⁵ e de um CD-Rom com uma perspectiva global do acervo³⁶.

A complexidade das relações estabelecidas exigia uma abordagem inovadora, distante das visões redutoras da Arquivística Clássica, subsidiária da História, no intuito de fazer emergir, na representação da informação, a organicidade familiar e pessoal, nomeadamente os contextos genésicos da informação, para modernizar e facilitar o acesso e o uso. A abordagem assentou nos pressupostos da Arquivística, entendida como um ramo teórico-prático da Ciência da Informação, providenciando a emergência do Sistema de Informação Casa de Mateus, que se mantém activo e que promove a relação entre os diversos ramos familiares, através do conceito operatório de subsistema de informação. Por outras palavras, a produção informacional é visível na existência da documentação produzida pelo ramo principal da Família, bem como pela integração dos arquivos de outros ramos familiares e ainda pela informação produzida por vários membros da Família no exercício das suas actividades públicas e privadas.

O AFM é integrado na Casa de Mateus pelo casamento da 2.^a condessa de Melo, Teresa Francisca de Melo da Silva Breyner Sousa Tavares e Moura (1848-1926), com o 3.^o Conde de Vila Real, D. José Luís de Sousa Botelho Mourão e Vasconcelos (1843-1923), realizado em 2 de Março de 1867. Com este casamento, ficaram unidos os títulos de Vila Real e de Melo.

Neste sentido, na prossecução dos objectivos delineados entre 2011-2005, o AFM deve ser entendido como um Subsistema de Informação e a sua entrada no Sistema de Informação registada directamente na Secção 10.01 referente ao casal D. José Luís, Teresa Francisca de Melo, responsável pela sua incorporação (Ver anexo).

O quadro orgânico-funcional do AFM é composto, actualmente, por 14 gerações, delimitadas cronologicamente pelo século XIV e pela segunda metade do século XIX, no qual as secções correspondem às gerações familiares (representadas pelos apelidos fortes em uso e pelos limites cronológicos), a primeira subsecção dedicada ao casal administrador do morgadio e as restantes aos membros dessa geração.

Como todos os Arquivos de Família, o AFM transporta consigo outros Arquivos de Família, aos quais devem ser aplicados o mesmo conceito de subsistema de informação, estabelecendo links nas gerações que promoveram a sua incorporação. São os casos das Famílias Cunha, de Pombeiro; Oliveira Freire; Barros Cardoso; Melo Breyner (Ficalho); Miranda Henriques (Sandomil); Mascarenhas (Sandomil); Teles da Silva (Alegrete) e Faro e Sousa (Vimeiro).

A identificação e sumariação de documentos simples e compostos, que poderão originar a constituição de séries tipológicas, serão restituídos virtualmente ao contexto originário de produção, ficando imediatamente dependentes da secção ou subsecção responsável pela sua produção.

Por esse motivo, o “Catálogo” empreendido por João Filipe da Cruz sendo entendido como uma série informal funcional “constituída pela lógica do uso” sendo o resultado de uma reordenação que anula o primado tipológico e valoriza o funcional deve ser reconstruída virtualmente e integrada em bloco na

³⁵ CASA DE MATEUS – *Catálogo do Arquivo*, Vila Real: Fundação da Casa de Mateus, 2005.

³⁶ CASA DE MATEUS. *Arquivo* [recurso electrónico]. 1.^a ed. [Vila Real]: Fundação da Casa de Mateus, 2005. 1 CD-ROM.

geração responsável pela sua elaboração³⁷, neste caso na Subsecção 12.01 – Pedro de Melo Breyner, D. Ana Rufina de Melo.

Conclusão

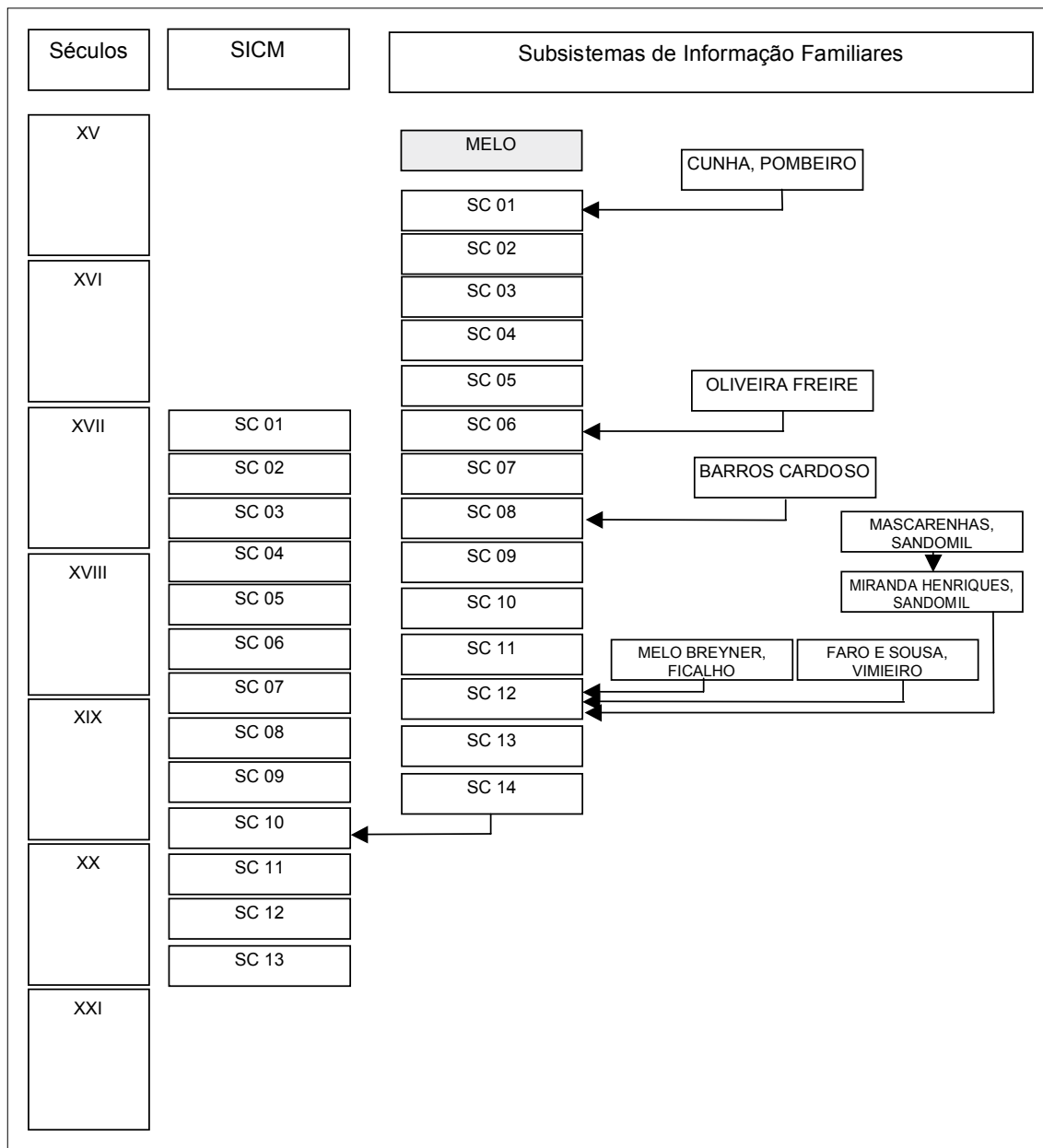
Os Cartórios das Casas Nobres portuguesas constituem-se como a identidade das famílias. A partir de meados do século XVIII, foram, na sua grande maioria, alvo de reclassificações temáticas seguindo os ditames da Filosofia Racionalista, constituindo-se como um ponto de consolidação da instituição familiar.

Compreender a lógica dos “arranjos”, reconstitui-los virtualmente, é entrar na esfera privada das Famílias, regressar ao contexto da produção da informação e conceder ao utilizador o acesso a uma aproximação ao conceito sociológico de Casa.

³⁷ SILVA, Armando Malheiro da – *A Informação. Da compreensão do fenómeno e construção do objecto científico*, Porto: cetac.com, Edições Afrontamento, 2006, p. 160-161.

ANEXO
SISTEMA DE INFORMAÇÃO CASA DE MATEUS

Fluxograma do Sistema de Informação Casa de Mateus e integração do Subsistema Melo



Quadro orgânico-funcional do Subsistema de Informação Família Melo (Séc. XV – XIX)³⁸

SC 01 – SOARES DE MELO (Séc. XV)

- SSC 01.01 – Estêvão Soares de Melo, 6.º Senhor de Melo; D. Teresa Freire de Andrade (ou Teresa Novais)
- SSC 01.02 – Estêvão Soares de Melo
- SSC 01.03 – D. Teresa Freire de Andrade (ou Teresa Novais)
- SSC 01.04 – Violante de Melo (n. c. 1320)
- SSC 01.05 – Fernão Afonso de Melo
- SSC 01.06 – Rui Vaz de Melo (n. c. 1330)
- SSC 01.07 – Brites de Melo

VER SUBSISTEMA CUNHA, DE POMBEIRO

- SSC 01.08 – Uzenda Afonso de Melo (n. c. 1390)

SC 02 – MELO (Séc. XV)

- SSC 02.01 – Martim Afonso de Melo, 7.º Senhor de Melo; D. Brites de Sousa
- SSC 02.02 – Martim Afonso de Melo
- SSC 02.03 – D. Brites de Sousa
- SSC 02.05 – Guiomar de Melo (n. c. 1420)
- SSC 02.06 – Isabel de Melo (n. c. 1415)
- SSC 02.07 – Mécia de Melo (n. c. 1420)

SC 03 – SOARES DE MELO (Séc. XV)

- SSC 03.01 – Estêvão Soares de Melo, 8.º Senhor de Melo; D. Isabel Teixeira
- SSC 03.02 – Estêvão Soares de Melo
- SSC 03.03 – D. Isabel Teixeira
- SSC 03.04 – Pedro Soares de Melo, “O Púcaro”
- SSC 03.05 – João de Melo
- SSC 03.06 – Maria de Melo
- SSC 03.07 – Margarida (ou Madalena) de Melo
- SSC 03.08 – Isabel de Sousa
- SSC 03.09 – Catarina de Melo
- SSC 03.10 – Catarina (ou Melícia) de Melo (c. 1435)
- SSC 03.11 – Mécia de Melo (n. c. 1440)

SC 04 – MELO (Séc. XV-XVI)

- SSC 04.01 – Francisco de Melo; D. Catarina de Faria
- SSC 04.02 – Francisco de Melo
- SSC 04.03 – D. Catarina de Faria
- SSC 04.04 – Diogo Soares de Melo
- SSC 04.05 – Bernardo de Melo, 9.º Senhor de Melo
- SSC 04.06 – Jorge de Melo
- SSC 04.07 – Brites de Sousa
- SSC 04.08 – Maria da Silva
- SSC 04.09 – Simão de Melo

SC 05 – SOARES DE MELO (Séc. XVI)

- SSC 05.01 – Estêvão Soares de Melo, 11.º Senhor de Melo; Maria da Silva
- SSC 05.02 – Estêvão Soares de Melo
- SSC 05.03 – Maria da Silva
- SSC 05.04 – Maria de Melo

SC 06 – MELO (Séc. XVI-XVII)

- SSC 06.01 – D. Antónia de Melo, 12.ª Senhora de Melo; Manuel de Oliveira Freire

VER SUBSISTEMA OLIVEIRA FREIRE

- SSC 06.02 – D. Antónia de Melo
- SSC 06.03 – Manuel de Oliveira Freire
- SSC 06.04 – Francisco de Melo, 12.º Senhor de Melo
- SSC 06.05 – Frei Isidoro de Melo (f. 1615.12.16)

³⁸ O presente quadro orgânico-funcional corresponde a uma etapa incipiente da investigação. Sofrerá, por isso, actualizações graduais. Apresenta apenas os membros da Família produtores de informação, identificados até ao momento.

SS 07 – SOARES DE MELO (Séc. XVII)

- SSC 07.01 – Estêvão Soares de Melo, 13.º Senhor de Melo; D. Ângela de Castro Manuel
- SSC 07.02 – Estêvão Soares de Melo
- SSC 07.03 – D. Ângela de Castro (Manuel)
- SSC 07.04 – Maria da Silva
- SSC 07.05 – João de Freire de Melo, Tesoureiro-mor e provisor na Sé da Guarda
- SSC 07.06 – D. Joana de Melo (b. 1607.12.13)

SC 08 – MELO FREIRE (Séc. XVII)

- SSC 08.01 – Luís de Melo freire, 14.º Senhor de Melo (b. 1665.02.07); D. Maria Madalena de Santa Rosa de Lima Barros e Melo

VER SUBSISTEMA BARROS CARDOSO

- SSC 08.02 - Luís de Melo (Freire) (b. 1665.02.07)
- SSC 08.03 - D. Maria Madalena de Santa Rosa de Lima Barros e Melo

SC 09 – SOARES DE MELO (Séc. XVII-XVIII)

- SSC 09.01 – Estêvão Soares de Melo, 15.º Senhor de Melo (b. 1684.04.26); D. Joana Maria de Castro de Meneses de Sousa de Lacerda Tavares Godinho
- SSC 09.02 – Estêvão Soares de Melo (b. 1684.04.26)
- SSC 09.03 – D. Joana Maria de Castro de Meneses de Sousa de Lacerda Tavares Godinho
- SSC 09.04 – João de Melo
- SSC 09.05 – Francisco Amador de Melo (n. c. 1690)
- SSC 09.06 – José Barreto, Frade franciscano.
- SSC 09.07 – D. João Manuel de Melo (b. 1676.04.28)
- SSC 09.08 – José de Melo (b.1678.12.19 - 1740)
- SSC 09.10 – D. Ângela de Melo (b. 1680.06.24)

SC 10 – MELO DE SOUSA LACERDA TAVARES GODINHO (Séc. XVIII)

- SSC 10.01 – Luís de Melo de Sousa Lacerda Tavares Godinho, 16.º Senhor de Melo (1714.01.14 - 1761.09.24); D. Leonor Teresa de Miranda; D. Juliana Luísa de Meneses e Cunha
- SSC 10.02 – Luís de Melo de Sousa Lacerda Tavares Godinho (1714.01.14 -1761.09.24)
- SSC 10.03 - D. Leonor Teresa de Miranda
- SSC 10.04 - D. Juliana de Meneses
- SSC 10.05 – João de Melo de Sousa e Lacerda (b. 1715.08.17)
- SSC 10.06 – José de Melo de Sousa e Lacerda (b. 1710.11.12)
- SSC 10.07 – Henrique de Melo (n. 1714.01.14)
- SSC 10.08 – D. Ana de Meneses

SC 11 – SOARES DE MELO DE SOUSA DE LACERDA TAVARES GODINHO (Séc. XVIII)

- SSC 11.01 – Estêvão Soares de Melo de Sousa e Lacerda Tavares Godinho, 17.º Senhor de Melo (b. 1743.08.12); D. Tomásia Rita de Sousa e Lemos e Meneses
- SSC 11.02 – Estêvão Soares de Melo de Sousa e Lacerda Tavares Godinho (b. 1743.08.12)
- SSC 11.03 – D. Tomásia Rita de Sousa e Lemos e Meneses
- SSC 11.04 – D. Teresa Soares de Melo de Sousa e Lacerda (b. 1741.12.30)

SC 12 – SOARES DE MELO (Séc. XVIII-XIX)

- SSC 12.01 – D. Ana Rufina Soares de Melo (1779.12.30 – 1821.03.20); Pedro de Melo Breyner (n. 1751.12.04)

VER SUBSISTEMA MELO BREYNER (FICALHO)

VER SUBSISTEMA DE INFORMAÇÃO MIRANDA HENRIQUES (SANDOMIL)

VER SUBSISTEMA DE INFOMAÇÃO FARO E SOUSA (VIMIEIRO)

- SSC 12.02 - D. Ana Rufina Soares de Melo (1779.12.30 – 1821.03.20)
- SSC 12.03 – Pedro de Melo Breyner (n. 1751.12.04)
- SSC 12.04 – Teresa José de Melo (n. c. 1780)

SC 13 – SOUSA DE MELO DA SILVA BREYNER DE SOUSA TAVARES E MOURA (Séc. XIX)

- SSC 13.01 – Luís Francisco de Sousa de Melo da Silva Breyner de Sousa Tavares e Moura, 1.º Conde de Melo; Frederica Xavier Botelho
- SSC 13.02 - Luís Francisco de Sousa de Melo da Silva Breyner de Sousa Tavares e Moura, 1.º Conde de Melo
- SSC 13.03 - Frederica Xavier Botelho
- SSC 13.04 – D. Isabel de Melo
- SSC 13.05 – José Francisco de Melo
- SSC 13.06 – D. Tomásia Francisca de Melo Breyner
- SSC 13.07 – José de Melo Breyner de Meneses

- SSC 13.08 – Estevão Soares de Melo
- SSC 13.09 – D. Juliana de Melo
- SSC 13.10 – António de Melo Breyner
- SSC 13.11 – João de Melo
- SSC 13.12 – António Francisco de Melo Breyner

SC 14 – MELO DA SILVA BREYNER DE SOUSA TAVARES E MOURA ((Séc. XIX-XX)

- SSC 14.01 – D. Teresa Francisca de Melo da Silva Breyner de Sousa Tavares e Moura, 2.ª condessa de Melo (1848.04.08 – 1926.03.11);
Casou em 02.03.1867 com D. JOSÉ LUÍS DE SOUSA BOTELHO DE MOURÃO E VASCONCELOS, 3.º Conde de Vila Real.

VER SISTEMA DE INFORMAÇÃO CASA DE MATEUS/ SC 10

- SSC 14.02 – Luís de Melo Breyner
- SSC 14.03 – Pedro Francisco de Melo da Silva Breyner
- SSC 14.04 – Ana Rufina de Melo Breyner, *Anica* (n. 1849.07.31 – 1903.12.01)

SUBSISTEMA CUNHA, DE POMBEIRO

SC 01 – CUNHA (Séc. XIV)

- SSC 01.01 – Álvaro da Cunha, 3.º Senhor de Pombeiro; Beatriz (ou Brites) de Melo

SC 02 – CUNHA (Séc. XV)

- SSC 02.01 – João Álvares da Cunha, 4.º Senhor de Pombeiro
- SSC 02.02 – Rui Afonso de Melo, 7.º Senhor de Melo
- SSC 02.03 – Leonor da Cunha
- SSC 02.04 – Filipa da Cunha
- SSC 02.05 – Pedro da Cunha
- SSC 02.06 – Isabel da Cunha
- SSC 02.07 – Diogo Álvares da Cunha

SC 03 – CUNHA (Séc. XV)

- SSC 03.01 – Lançarote da Cunha
- SSC 03.02 – Álvaro da Cunha
- SSC 03.03 – João de Melo

SUBSISTEMA BARROS CARDOSO, Morgados de Beirolas

SC 01 – BARROS CARDOSO

- SSC 01.01 – João de Barros Cardoso, Genebra Teixeira

SC 02 – BARROS CARDOSO

- SSC 02.01 – António de Barros Cardoso; Inês de Barros

SC 03 – BARROS CARDOSO (Séc. XVII)

- SSC 03.01 – João de Barros Cardoso; D. Brites Francisca de Lima

SC 04 – BARROS (Séc. XVII)

- SSC 04.01 – Maria Madalena Rosa de Barros

SUBSISTEMA MELO BREYNER (FICALHO)

SC 01 – MELO (Séc. XVII)

- SSC 01.01 – Francisco de Melo, 1.º Senhor de Vila Verde de Ficalho.
- SSC 01.02 – Catarina de Meneses
- SSC 01.03 – José de Melo
- SSC 01.04 – Maior Mendonça
- SSC 01.05 – Helena Manuel de Mendonça
- SSC 01.06 – Guiomar de Mendonça
- SSC 01.07 – Joana Luísa de Mendonça
- SSC 01.08 – Filipa Maria de Mendonça
- SSC 01.09 – Catarina Josefa de Mendonça

SC 02 – MELO (Séc. XVII-XVIII)

- SSC 02.01 – Teresa Josefa de Melo, 2.ª senhora de Vila Verde de Ficalho

SC 03 – MELO (Séc. XVIII)

- SSC 03.01 – Francisco José de Melo Teles da Silva, 3.º senhor de Vila Verde de Ficalho (n. 1716.09.02)
- SSC 03.02 – Maria Josefa de Melo (n. 1704.03.14)

- SSC 03.03 – Inês Josefa de Melo (n. 1707.02.04)
SSC 03.04 – Helena Josefa de Melo (n. 1709.09.02)
SSC 03.05 – Violante Maria Josefa de Melo (n. 1710.09.25)
SSC 03.06 – Luísa Josefa de Melo (n.1712.04.23)
SSC 03.07 – Isabel Josefa de Melo (n. 1714.05.23)
SSC 03.08 – Francisca Josefa de Melo (n. 1716.02.18)
SSC 03.09 – Catarina Josefa de Melo (n. 1718.02.17)
SSC 03.10 – Ana Josefa de Melo (n. 1719.01.15)
SSC 03.11 – Fernão Teles da Silva (n. 1720.01.15)
- SC 04 – MELO BREYNER (Séc. XVIII)**
SSC 04.01 – António José de Melo Breyner e Meneses, 4.º Senhor de Vila Verde de Ficalho; D. Maria Margarida Josefa Xavier de Lima
- SC 05 – MELO BREYNER TELES DA SILVA (Séc. XVIII-XIX)**
SSC 04.01 – Francisco José de Melo Breyner Teles da Silva, 1.º Conde de Ficalho (n. 1781.10.17 – f. 1812.08.25); Eugénia de Almeida (n. 1784.09.22 – f. 1859.03.01)
SSC 04.02 – Diogo José de Melo (n. 1736.02.17)
SSC 04.03 – D. Teresa Josefa de Melo Breyner (n.1732.01.10)
SSC 04.04 – Fernando de Melo Breyner (n.1740.06.02)
SSC 04.05 – D. Inês Josefa de Melo (n. 1742.05.03)
SSC 04.06 – José de Melo (n. 1745.06.04)
SSC 04.07 – Domingos Maria de Melo (n. 1749.12.09)
SSC 04.08 – Pedro de Melo Breyner (n. 1757.12.04)

SUBSISTEMA MIRANDA HENRIQUES (SANDOMIL)

- SC 01 – MIRANDA HENRIQUES (Séc. XVII-XVIII)**
SSC 01.01 – Luís de Miranda Henriques, 1.º Conde de Sandomil; D. Madalena Bourbon
- SC 02 – MIRANDA HENRIQUES (Séc. XVIII)**
SSC 02.01 – Fernando Xavier de Miranda Henriques, 2.º Conde de Sandomil (n. 1700.01.20 – f. 1790.11.22); D. Violante Maria Josefa de Melo
- SC 03 – MIRANDA HENRIQUES MASCARENHAS (Séc. XVIII)**
SSC 03.01 – Luís José Xavier de Miranda Henriques Mascarenhas, 3.º Conde de Sandomil. D. Antónia do Carmo Josefa de Noronha.

SUBSISTEMA MASCARENHAS (SANDOMIL)

- SC 01 – MASCARENHAS (Séc. XVII)**
SSC 01.01 – Fernão de Mascarenhas; D. Antónia Luísa de Bourbon
- SC 02 – MASCARENHAS (Séc. XVII-XVIII)**
SSC 02.01 – Madalena Bourbon
SSC 02.02 – Pedro de Mascarenhas, 1.º Conde de Sandomil (n.1670.11.09 – f. Lisboa, 1745.08.03)

SUBSISTEMA TELES DA SILVA (ALEGRETE)

- SC 01 – TELES DA SILVA (Séc. XVII)**
SSC 01.01 – João Gomes da Silva; D. Joana de Távora
SSC 01.02 – D. Fernão Teles da Silva, 1.º Conde de Vilar Maior (f. 1686.09.18); D. Mariana de Mendonça
- SC 02 – TELES DA SILVA (Séc. XVII-XVIII)**
SSC 02.01 – D. Manuel Teles da Silva, 2.º Conde de Vilar Maior, 1.º Marquês de Alegrete; D. Luísa Coutinho
- SC 03 – TELES DA SILVA (Séc. XVII-XVIII)**
SSC 03.01 – João Gomes da Silva; D. Joana Rosa de Meneses, 4.ª Condessa de Tarouca
SSC 03.02 – D. Fernando Teles da Silva, 3.º Conde de Vilar Maior, 4.º Marquês de Alegrete; D. Helena de Noronha